

SOBRE ALGUMAS CATEGORIAS DA METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DE MAX WEBER

REGINA CLÁUDIA OLIVEIRA DA SILVA

Historiadora, professora do Colégio Militar de Fortaleza. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará, doutoranda em Educação Brasileira na Faculdade de Educação da UFC.
E-mail: reginaclaudia@gmail.com

Introdução

“Max Weber é um autor clássico, portanto, atual”, é o que lemos na introdução à edição brasileira de *Metodologia das Ciências Sociais* (2 vol.), de Weber, escrita por Maurício Tragtenberg (1973, p. XII). Como todo clássico, Max Weber sempre é um referencial nos estudos das Ciências Sociais e sua Sociologia Compreensiva constituiu-se em um aporte teórico e metodológico em que se destaca pela preocupação com o entendimento das atitudes dos sujeitos em sociedade, ponderando que a sociologia pode melhor interpretar determinados fragmentos da realidade social. Seu método compreensivo funda-se essencialmente na interpretação dos acontecimentos e na sua repercussão nas características peculiares das sociedades contemporâneas. Para conhecermos um pouco mais de Weber, observemos o breve texto de Hübinger:

Às portas do século XX, as nações ocidentais definitivamente se transformaram em sociedades industriais. Isso, por sua vez, conduziu em toda parte a um aumento da auto-observação científica. Não foi diferente o que se deu na Inglaterra, nos Estados Unidos ou na França. No Império alemão, Max Weber foi um ator proeminente em meio a esse processo. Como um contemporâneo politicamente engajado, experienciou a grande transformação da sociedade burguesa de elites em uma cultura democrática de massas, o que ele mesmo denomina, em determinado momento, a “democratização ativa de massas” (MWG I/15, p. 538). Weber esteve entre os observadores mais sensíveis desse processo. Per-

cebeu neste novas perspectivas históricas e definiu-o com métodos inovadores para as ciências sociais. Quando o Império alemão surgiu, em 1871, e buscou ocupar seu lugar entre as potências mundiais europeias, Weber estava para completar a idade de 7 anos. Sua formação na capital Berlim foi marcada pelo ambiente político do pai, como deputado nacional-liberal na Câmara de Deputados prussiana e no Parlamento do Império, o *Reichstag*. Não foi menor a influência que exerceu sobre ele, no entanto, o engajamento da mãe em favor de reformas sociais. Também os parentes do lado materno contribuíram para sua formação, segundo o mundo de valores do liberalismo e protestantismo característicos do Sudoeste alemão. Weber obteve formação acadêmica como jurista, o que fez dele, para o resto da vida, alguém conceitualmente muito rigoroso. Como docente universitário, ele migrou para a economia política [*Nationalökonomie*] e sempre valorizou um primado da economia. Sua paixão intelectual, no entanto, sempre se voltou mais e mais “ao fato de a cultura moderna ter se tornado assim e não de outro modo”. Isso o compeliu ao campo da “história” (HÜBINGER: 2012, p. 119).

Max Weber foi um sociólogo pioneiro no estudo da história universal, com a finalidade de compreender a sociedade moderna ocidental. Demonstrou intenso interesse no confronto entre culturas ditas tradicionais e ditas modernas, enquanto sustentáculo para suas considerações a propósito da racionalidade da vida moderna, nomeadamente na sociedade ocidental. Partindo dessas premissas, almejamos com esse trabalho brevemente apresentar algumas categorias weberianas e discutir a principal categoria de Max Weber: a Sociologia Compreensiva.

Traços Específicos da Civilização Ocidental

O processo de racionalização é um fio condutor do ideário de Weber, sobretudo sob a perspectiva de sua aceção para o de-

envolvimento particular ocidental. Concomitantemente, Weber distingue o contrassenso da racionalização, isto é, que continuamente produz também o seu oposto. Essa racionalização provoca um desencantamento com o mundo, o que é um aspecto negativo do racionalismo estrutural, constituindo-se em uma razão técnica instrumental a serviço do capital: o que vale para o racionalismo, vale igualmente para o capitalismo.

A secularização, o individualismo e a burocratização das estruturas e dos comportamentos das pessoas compõem uma jaula de ferro que enquadra o homem moderno. Sua contribuição à análise da “modernidade” trazem importantes reflexões sobre a fragmentação das várias áreas do conhecimento, o que gera uma autonomia relativa e a impossibilidade de uma teoria ontológica do social: a modernidade não comporta soluções e ao homem compete coexistir com os paradoxos. Como a religião não pode fornecer o sentido da vida ao homem, resta-lhe a fidelidade à vocação da ciência autolegitimada, considerando que não há fim para a pesquisa científica e que tudo é um processo. De acordo com Weber, para o homem moderno há uma perda do significado da vida e da liberdade.

Faz uma crítica ao que chama de nova razão germânica (organicista, evolucionista, historicista) e ao romantismo alemão que, contrário à irreligiosidade iluminista, sistematiza o misticismo e conceitualiza a filosofia valorizando o luteranismo-pietismo¹ e o anti-intelectualismo, fé como privilégio dos simples, o ressurgimento do milenarismo escatológico, a destruição da razão, a providência divina acima do egoísmo individual, a idealização da razão de Estado e a beatice ante o culto do Estado. A antinomia burocracia (rotina, estabilidade, obediência às regras) versus carisma (per-

¹ Punham uma grande ênfase na necessidade de uma fé viva e real, experimentada no coração, que fizesse diferença visível entre o cristianismo “verdadeiro” e o “falso”. Em síntese, deviam lutar com a pesada herança de Lutero e sua igreja estatal da Alemanha, onde era impossível distinguir entre crentes e não crentes. Os pietistas procuraram zelosamente fazer visível a autêntica igreja de Cristo e distingui-la dos falsos crentes.

sonalidades exemplares que se julgam em missão de salvação) é central na civilização moderna, marcada pelo dualismo racionalista e irracionalista.

Ideias Significativas para a Compreensão de Weber

Para Dilthey, o historicismo alemão existiu enquanto reação ao positivismo dominante, numa dialética burocrática versus carismática, o que era um embate sem solução. Os estudos filosóficos e epistemológicos de Dilthey a propósito do processo de objetivação da atividade humana foram importantes na caracterização das ciências humanas como ciências interpretativas, especialmente em disciplinas vinculadas à história, à educação, à filosofia das ciências, oferecendo margens às interpretações holistas, no sentido conexo à opinião hegeliana de “espírito objetivo”, todavia vinculada ainda às investigações ligadas à fenomenologia de Husserl, como das fundamentadas em Heidegger. Weber, por sua vez, contemporâneo de Dilthey, abraça um percurso teórico de interpelação da “causalidade objetiva”, contudo de certa forma procurou inverter o método compreensivo de Dilthey, no intuito de libertá-lo de uma postura que considerou muito devedora à psicologia, vinculada, mormente, à “experiência”, à “vivência”. Para Weber, compreender não significa ser coautor de obras do passado por meio de um processo de empatia, como o era em Dilthey, contudo apreender a “conexão de sentido” da ação humana no conjunto de distintas ações, numa condição histórico-social, tomando continuamente a “ação racional” como a mais inteligível e considerando, sempre, que a interação resultante não seria possível senão hipoteticamente.

A lacuna entre o mundo humano e o natural encontra, portanto, uma sofisticada defesa em Dilthey. Weber não acolhe esse afastamento radical. A alteração metodológica não poderia ser decidida nem com a distinção de Dilthey, nem com o naturalismo de John Stuart Mill, por exemplo. Weber distingue a diferença entre os

campos de conhecimento, porém pensa que tal diferença não deve ser abonada pelo conteúdo, mas pela lógica, ou seja, como consequência de certa atitude de desenvolver conceitos. A noção essencial de todo o debate passa a ser, assim, a formação de conceitos.

Simmel, por sua vez, defendia os conceitos irracionalistas da vida (vida e forma), aproximando-se de Weber na negação da ideia de totalidade, mas que é preciso extrapolar as características do real na constituição dos tipos de forma, elaboração que ao mesmo tempo inspirará Weber em sua discussão sobre a noção de tipos ideais. Há uma pendência decisiva entre os tipos elaborados por Weber e por Simmel. Para Simmel os tipos erguidos são puros, depurados, até mesmo de suas possíveis ambiguidades em características precisas, enquanto que para Weber a pureza em altivo grau dos ideais-tipos é o que comporta a compreensão do real em sua complexidade e impureza, tendo em vista que apresenta o real, a trama de elementos de distintos tipos. Enquanto que para Simmel teríamos um quase-tipo, porquanto tais constituições mentais exibem as ambiguidades que, segundo Weber, caracterizam o real, para Weber é artificial a distinção entre objetividade da compreensão e subjetividade da interpretação. Simmel é um grande crítico dos dualismos, enquanto se opõe a ecletismos e à percepção da virtude de meio-termo ao reivindicar a variedade de perspectivas. Na esteira de determinados aportes de Kant, assegura que existe uma forma humana de apreensão do mundo.

Weber defende que os tipos-ideais são um recurso metodológico, um instrumento que consente lidar com a realidade (complexa), daí necessitamos de engenhos que nos consintam operá-la de maneira a erigir um conhecimento válido. Conserva como objetivo derradeiro de seu trajeto de pesquisa as “impuras e complexas” interações como se dão no mundo: o conhecimento só é válido cientificamente caso possa ser controlado, verificado.

O tipo ideal é “uma construção intelectual destinada à medição e à caracterização sistemática das relações individuais, isto

é, significativos pela sua especificidade” (p. 144). Segundo Tragenberg (p. XXIV), deve “captar a tipicidade ou a homogeneidade dos fenômenos históricos, tendo como finalidade conferir um tratamento científico aos mesmos”. Não tem o intuito de ser teoria geral, visto que sabe que tal intuito abafaria elementos importantes da realidade específica e, por conseguinte, complexa, do primado dos problemas sobre os fatos.

Distingue “juízo de valor” de “realidade empírica”, ou seja, juízo de valor e juízo de fato, apontando o afastamento fundamental dos juízos de valor da apreciação da vida social como uma preocupação epistemológica básica. Proclama a diferença entre a busca por objetividade e o sentido da “valoração”, isto é, o julgamento baseado em crenças, sentimentos, valores etc., configurando-se, para Weber, em inevitável sacrifício para o intelecto. Assim, a consciência valorativa não deve guiar a investigação científica e definir uma opção é tão somente uma matéria pessoal onde não há objetividade.

Há uma crítica às ideias de “lei” e “conexão regular” nas ciências da cultura. Acerca de leis causais, Weber defende que é como *facultas agendi* (faculdade de agir), nas ciências sociais, impraticáveis na concretude de seu objeto, dado que esse é dinâmico, heterogêneo e imprevisível, logo impassível de mensurações precisamente causais. Admite igualmente que nem mesmo as ciências naturais, afora a mecânica pura, prescindem do elemento qualitativo. Weber aponta que cabe ao cientista social trabalhar com padrões de regularidade (probabilidades), mas não com leis. Defende a ideia de “constelação de fatores”, afirmando que das variáveis são esperadas probabilidades de acontecimento, mediante estruturação de outras variáveis, não acontecimentos colocados mediante simetrias exatas: a objetividade carece de compreensão.

Dessa forma, no significado da “validade objetiva”, através da elaboração de conceitos/limites – o chamado tipo ideal –, não há uma absoluta objetividade da vida cultural que possa ser diagnosticada pela análise científica, pois sempre há o componente da

parcialidade presente nas análises sociais e não há como suprimir determinados “pressupostos”, uma vez que o “conceito de cultura é um conceito de valor” (p. 127). O fato real da impossibilidade de afastamento absoluto dos pressupostos subjetivos da análise social não torna impraticável uma análise objetivada e válida da vida cultural; a saída para esse imbróglio se baseia na construção do tipo ideal como recurso metodológico apropriado para escapar das armadilhas do juízo de valor e dos “pressupostos” subjetivos na análise da vida em sociedade. “A teoria do tipo ideal é o ponto terminal do processo de pesquisa, representa o momento maduro da metodologia weberiana, o instrumento de pesquisa utilizado por Weber nos seus mais importantes estudos” (p. XXIV).

Trata-se [*o tipo ideal*] de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual é comparada. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, por meio da utilização da categoria de possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas (p. 140).

Não pertence à ciência social weberiana o encargo de aprovisionar “receitas” para a vida social. Como caráter epistemológico, é uma disciplina compreensiva, não uma política social aplicada, dado que a ciência da vida social é infinita, e desse modo somente uma parte mínima dessa vida pode ser apreendida de cada vez. O pesquisador às vezes é “chamado”, seja cômico ou não, a fornecer à realidade empírica a autoridade que sua reflexão desejar, então é mister atentar às astúcias dessa veleidade, visto que não se deve forçar a realidade via caprichos pessoais. Teorias gerais, na análise da vida humana, fazem evadir elementos e dimensões particulares

basilares para a crítica sociológica e não há como se definir um único significado para certos aspectos da vida cultural. A sociologia weberiana é multicausal, ou melhor, abriga-se numa “constelação de fatores”, como já afirmamos. Weber delinea bem este argumento ao criticar a visão materialista da história. No exame da tese sociológica marxista, em que problemas sociológicos dependem de processos econômicos sociais e todos os grupos sociais possuem dinâmica própria e autonomia específica, além de influências econômicas, constitui um perfil determinista. Weber refuta esse determinismo afirmando que o capitalismo ocidental é produto de circunstâncias históricas específicas. Weber torna-se, podemos dizer, o grande sociólogo das *superestruturas*.

A História para Weber

É válido destacar que os temas com os quais Weber trabalha – a economia de mercado capitalista, as religiões mundiais, o Estado moderno etc. – são observados por ele a partir de uma perspectiva histórica, tal como ciência do real, porque trabalha com conceitos definidos para a compreensão da determinação dos acontecimentos e de suas relações intrínsecas. Alerta para se evitar a confusão entre evidência e validade, visto que a validade de uma proposição depende da lógica da verdade, enquanto uma relação pode nos parecer evidente ou hipotética, ou ainda na forma de tipo ideal (p. XX). O que se espera do autor de um texto científico não é somente que nomeie seus valores, mas que faça todo o empenho para não confundir esses valores com a análise científica, ou seja, que mantenha separados seus valores de seus escritos analíticos. A questão da análise científica não se restringe à explicitação, uma vez que esta é o ponto inicial da constituição conceitual, partindo do princípio de que a construção do argumento científico precisa seguir vias distintas daquelas do argumento político. Enfim, demandam-se novas formas de conhecimento: o primado dos problemas e a seleção da

perspectiva tornam-se, para Weber, o pressuposto do conhecimento histórico.

As disciplinas empíricas, que trabalham com a categoria da causalidade e elaboram as qualidades da realidade, e nas quais se integram a história e ainda todas as “ciências da cultura”, utilizam, quase sempre, esta categoria em toda a sua extensão: encaram os estados e as mudanças da realidade como “atuados” e “atuantes”, e procuram, em parte, mediante a abstração, a partir dos contextos concretos, descobrir “regras” de “causação” e, em parte, “explicar” conexões “causais” concretas pela referência a “regras”. Mas que papel ali desempenhará a formulação de “regras” e que forma lógica elas assumirão, se em geral terá lugar uma formulação de regras, é um problema da meta cognitiva específica. A sua formulação em forma de juízos de necessidade causais, porém, não é a sua meta exclusiva; a impossibilidade da forma apodíctica (*parte da lógica que tem por objeto a demonstração*) de nenhum modo se limita às “ciências do espírito”. Sobretudo na história, a forma da explicação causal provém, ademais, do seu postulado da “interpretação” mediante a compreensão. Sem dúvida, ela quer e deve trabalhar também com conceitos de suficiente precisão, e aspira ao máximo possível de clareza na imputação causal, de acordo com a situação do material das fontes. Mas a interpretação do historiador não se dirige à nossa capacidade de ordenar os “fatos” enquanto exemplares em conceitos genéricos e em fórmulas gerais, mas à nossa familiaridade com a tarefa, que todos os dias se nos apresenta, de “compreender” a ação humana individual nos seus motivos. Em seguida, as “interpretações” hipotéticas, que a nossa “compreensão” empática nos ministra, são, decerto, por nós verificadas com a ajuda da “experiência” [...] Assim também na história: ela só pode estabelecer que houve uma conexão “causal” de determinado tipo e torná-la “compreensível” pela referência a regras do acontecer. Por isso, a “necessidade” estrita do acontecer concreto continua a ser, para a história, não só um postulado ideal, mas um postulado que reside

na infinidade; então, não se deve, por outro lado, derivar da irracionalidade, inclusive de cada acontecer individual, enquanto parte do cosmos, nenhum conceito de uma “liberdade” indeterminista, específico e relevante para a investigação histórica. Em especial a “liberdade da vontade” é, para ela, algo de transcendente, e até de absurdo, quando concebido como fundamento do seu trabalho. Em termos negativos, a situação é esta: para a história, ambas as ideias se encontram para lá de toda a experiência” que ela possa verificar; e às duas não é permitido influenciar, de modo efetivo, o seu trabalho prático (WEBER, 2010, p. 25-26).

Weber visa a um “conhecimento cultural histórico pleno”, postulado de uma formação histórica do método, segundo distintas vezes observamos em seus escritos. Se todos os fenômenos culturais, sejam as religiões, o gosto artístico de uma época ou o “Estado” como formação normativa, precisam ser submetidos em inicialmente à questão – de que maneira estão economicamente condicionados? – igualmente é necessário indicar o questionamento inversamente – em quais efeitos os fenômenos culturais se tornam economicamente relevantes? Apenas esse procedimento metodológico dúplice autorizaria o desejado “conhecimento cultural histórico pleno”.

Sobre as Categorias da Sociologia Compreensiva

Weber chama de sociologia sistemática aquela que sofre uso dos tipos ideais pelo sociólogo e pelo historiador. É uma ciência da ação social que pesquisa as uniformidades de conduta, ou seja, a ação humana enquanto ação social. A compreensão se dá pelo significado, pelo sentido pensado pelos sujeitos.

Na Sociologia Compreensiva os critérios para estudo são recorrentes do comportamento dos sujeitos: “analisar a ação racional com tendência a valores e a ação tradicional afetiva como a ação comunitária e a societária que são relações sociais que pressupõem

determinados tipos de comportamento” (p. XXXV). Há um rompimento com a filosofia neokantiana quando define como seleção a integração de valores na pesquisa científica, visto que há uma “preocupação com a vinculação do homem com sua historicidade, em que operava não uma natureza, mas sim uma condição humana na qual os valores perdiam seu aspecto absoluto, pois só através da seleção os valores adquiriam um significado” (p. XXXVI). A diferenciação entre pesquisa objetiva e juízos de valor justifica a atualidade do tema, pois recusa os julgamentos de valor, mas não nega que a sociologia procura chegar a um conhecimento científico.

A escolha do objeto de pesquisa configura-se, evidentemente, em um julgamento de valor. A atitude científica excludente reflete a incapacidade ética de posicionar-se, caráter manifesto do cientificismo. Weber contrapõe julgamento de valor e atitude científica, porém não recusa as “relações” com valores como objetos dessa ciência. Considera muito arriscado o empenho de alguns sociólogos em expor postulados práticos ou políticos como hipóteses científicas (p. XXXVII), pois a ciência, por ela mesma, é incapaz de comprovar que certa maneira de ação derive fatalmente da pesquisa científica. O que se pode dizer, apenas, é que certas condições possibilitam certas consequências: é impossível dizer que uma solução prática é justa e outra é falsa. Determinações são ideológicas e a sociologia precisa apontar, separando radicalmente o intelectual da relação prática, ao se impor uma disciplina lógica, em nome de certos valores ele se recusa a um julgamento de valor. É a neutralidade ante valores em nome do juízo de valor: a verdade (p. XXXVII).

Weber aceita uma série de valores epistemológicos quando defende uma ciência não ideológica, lógica e metodológica, ideia normativa orientada para as consequências da ação e da escolha da atividade científica. Enquanto a escolha está relacionada à noção da racionalidade do pensamento e da ação, a racionalidade é orientada pelo valor universal da verdade (p. XXXVIII). Assim, o racionalismo constitui-se em liberdade.

A teoria da ação kantiana, a ação tradicional, finaliza na ação racional, dada a adequação entre meios e fins. A ação para Weber é conflito de interesses sociais e multiplicidade dos conflitos entre valores, a realidade como um conjunto contínuo de conflitos e lutas. A racionalidade é “a condição de não se submeter a imperativos ideológicos, a religiões seculares que negam o *politeísmo* dos valores” (p. XXXVIII). O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas: preocupação entre ação e teoria, ciência e ideologia, limitações institucionais à ação, o conflito entre valores. Weber separa o plano científico do plano pedagógico-político, abstenendo-se das profecias professorais, opiniões pessoais e políticas, artigos de fé, enfim, “razões últimas” ou “filosofias primeiras”. Distingue convicção de ciência, visto que “o cientista trabalha no nível da ação *racional* tendente a *fins*, ele se preocupa em estabelecer proposições fatuais, relações causais em interpretações fundadas na *compreensão* com validade *universal*” (p. XXXIX). Aponta a submissão aos princípios da pesquisa para validação dos resultados, avultando a racionalização, a objetividade e a renúncia a julgamentos de valor.

De acordo com Weber, a compreensão não exclui a causalidade, contrariamente acentua a prova do nexos causal individualizado, por meio do processo interpretativo, estudando-se as relações causais entre fenômenos diversamente relacionados na sua especificidade (p. XVII). O comportamento humano pode ser inteligível através da compreensão e da revivescência, reconstruindo o nexos causal a que ele obedece (constelação de fatores). Não há, portanto, irracionalidade no comportamento livre: é passível de interpretação porque obedece a uma teleologia (p. XIX) e a interpretação é um dos meios usuais de acesso ao conhecimento.

A investigação “interpretativa” que o historiador faz dos motivos é uma imputação causal no pleno e idêntico sentido lógico em que o é a interpretação causal de qualquer processo individual da natureza, já que o seu fim é o estabelecimento de uma razão “sufi-

ciente” (pelo menos como hipótese), da mesma maneira que, nos intrincados processos da natureza, ao lidar-se com as suas componentes individuais, só este poderá ser o objetivo da investigação. Ela não pode fazer do conhecimento de um assim-ter-de-atuar (no sentido de uma lei natural) o seu fim cognitivo, sob pena de ser uma vítima ou do emanatismo hegeliano ou de qualquer variedade do ocultismo antropológico moderno, porque o concreto humano, e também o extra-humano (“vivo” ou “inanimado”), olhado como fragmento, sempre aliás limitado, do universal acontecer cósmico, em parte alguma no âmbito total desse acontecer “cabe” num conhecimento puramente “nomológico” – já que existe em toda a parte (e não apenas no recinto do “pessoal”) uma infinidade intensiva do múltiplo. Todas as componentes particulares concebíveis desta última se podem encarar, sob um prisma lógico, como etiológica-mente significativas para uma conexão causal histórica; para a ciência, porém, tão-só o poderão ser as componentes constatáveis como “dadas”. (WEBER, 2010, p. 23).

Na sociologia weberiana a questão central está na fundamentação da objetividade das ciências sociais, na crítica ao historicismo e na noção de neutralidade axiológica², bem como na precisão de explicação da fundamentação de suas proposições.

² O termo axiologia (do grego axiologos, digno de ser dito) começou a ser empregado no começo do século XX para designar o estudo dos valores que então se estruturava, no ciclo inicial abrangendo apenas os valores morais e, subsequentemente, os demais. Weber o emprega no sentido amplo. O propósito principal de Weber consiste em estabelecer uma nítida distinção entre o registro dos fatos e as avaliações valorativas. As ciências sociais lidam com fatos acerca dos quais determinadas épocas os apreciaram de modo diferente (a escravidão, por exemplo) e em relação aos quais se posicionam os próprios homens de ciência. A distinção parece-lhe fundamental a fim de fazer progredir a investigação. Insiste em que os sociólogos dificilmente chegarão a um acordo quanto à maneira de avaliar este ou aquele fato. Contudo, proposta e aceita a escolha saberão como estudá-lo de modo sistemático e de forma que suas conclusões possam ser aceitas ou refutadas considerado apenas o método empregado na análise. Assim, o procedimento científico recomendado para as ciências sociais é o que denominou de neutralidade axiológica.

Conclusão: Conceitos Sociológicos Fundamentais

A precisão conceitual de Weber transparece na elementaridade do conceito de compreensão, de sociologia como ciência da ação social com referência a fins racionalmente perseguidos, a valores – crença consciente a valor ético ou religioso, desprovida de vínculos com resultados –, afetiva – especialmente emocional, com determinações sentimentais – e tradicional – determinada por costume arraigado.

Na prática, os diversos tipos de ação social se misturam. Não há nenhum “puro”, afirma, afastando-se da visão psicologista da ação. A sua sociologia compreensiva importa-se com a ação social regular e coletiva que torna possível a vida social, adequada do ponto de vista causal e de sentido, tem como referência um fim, um sentido e só é compreensível se tem como referência a ação humana.

Tipos ideais são instrumentos heurísticos, como diretriz para conhecimento do social. A compreensão, por sua vez, só funciona como apreensão interpretativa do sentido que pode ser, pensada na ação específica (consideração histórica na análise sociológica de massa) e construção científica. A ideia, enfim, é construir tipos ideais para descobrir regras gerais do acontecer, a partir de suas particularidades. Os tipos ideias devem ser relativamente vazios perante a realidade histórica, pois assim permitirão a formação de conceitos unívocos.

A ação social leva à relação social que se estratifica na forma de hábito (costume) até se estruturar como ordem legítima de convenção ou de direito. A convenção tem validade garantida pela comunidade que condena qualquer exclusão das normas consensuais e o direito quando, mediante coação, se valida determinada norma ou valor. A ordem legítima pode ser corroborada pela tradição, pela crença ou pelo estatuto.

Finalmente, Weber fez importantes reflexões sobre as universidades e a produção científica de seu tempo. Defendeu que a

valorização do diletantismo pode gerar ações produtivas. Deve ser nosso objetivo sermos cientificamente superados, pois a superação é o destino de todo trabalho científico, dado que a crença teológica e dogmática sacrifica a razão crítica: critica os “sucedâneos da graça” (p. XLVIII). Sua época caracteriza-se pela racionalização, a intelectualização, a secularização e o desencantamento do mundo.

Referências Bibliográficas

HÜBINGER, Gangolf. *Max Weber e a história cultural da modernidade*. Tempo Social, vol. 24, Nº 1. São Paulo, 2012, p. 119.

TRAGTENBERG, Maurício. Atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. 2 vol., São Paulo: Cortez; Campinas Unicamp, 1992, p. XII-L.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. 2 vol., São Paulo: Cortez; Campinas Unicamp, 1992.

WEBER, Max. *Interpretação Racional e Causalidade Histórica*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.